

**18 - Patrimônio líquido****Capital social**

Divididos em ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Sócios	Participação		Capital		Capital a integrar
	%	Ações	Valor	integrado	
Aluminum Investment S.A.	99,00	9.900.000	9.900	247	9.653
Jose Maria Barale	0,34	34.000	34	1	33
Rene Santiago Peterlin	0,33	33.000	33	1	32
Miguel Francisco Arnaudo	0,33	33.000	33	1	32
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>10.000.000</b>	<b>10.000</b>	<b>250</b>	<b>9.750</b>

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

**Reserva de lucros**

	2013	2012
Reserva legal	50	50
Reserva de lucros a realizar	7.889	3.839
<b>Total</b>	<b>7.939</b>	<b>3.889</b>

**Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucros a realizar** - O saldo desta reserva será objeto de definição em reunião do Conselho de Administração, cuja provável destinação será a distribuição, dentro do permitido em Lei, e incorporação ao capital ou investimento. **Dividendos** - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. O resultado da Companhia foi positivo, e houve distribuição de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. **19 - Receita líquida de vendas** - A receita é proveniente de contratos de execução de projetos, mediante contratação de produtos e serviços, apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de produtos e serviços	27.114	27.946	12.208	12.074
- ISS sobre faturamento	(522)	(566)	(522)	(566)
- PIS sobre faturamento	(102)	(130)	(6)	(27)
- COFINS sobre faturamento	(472)	(599)	(28)	(123)
- Devoluções	(626)	(567)	(626)	(567)
Deduções da receita bruta	(1.722)	(1.862)	(1.182)	(1.283)
<b>Total</b>	<b>25.392</b>	<b>26.084</b>	<b>11.026</b>	<b>10.791</b>

**20 - Custo das vendas**

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Materiais	61	60	61	60
Serviços de terceiros	1.054	2.094	1.054	2.094
Pessoal	248	70	248	70
Depreciação	5.385	5.375	-	-
Energia	701	808	-	-
Servidão de passagem e aluguéis	230	233	-	-
Representação CCEE e NOS	361	-	-	-
Outros custos	1.112	850	532	373
<b>Total</b>	<b>9.152</b>	<b>9.490</b>	<b>1.895</b>	<b>2.597</b>

Os serviços de terceiros estão diretamente vinculados com a atividade operacional fim da Companhia e compreendem o gerenciamento e a execução de contratos por ela geridos.

**21 - Despesas administrativas**

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Serviços de terceiros	1.873	3.847	1.410	3.215
Materiais	32	59	32	59
Viagens e hospedagens	239	1.038	239	1.038
Mobilidade	36	139	36	139
Pessoal	2.755	1.928	2.558	1.681
Seguros	38	274	-	-
Conta de Ressarcimento-CCEE	112	-	-	-
Provisão para Contigência	955	1.141	-	-
Aluguel e condomínio	127	90	80	-
Depreciação/Amortização	368	1.173	23	31
Outras	584	374	247	213
<b>Total</b>	<b>7.119</b>	<b>10.063</b>	<b>4.625</b>	<b>6.376</b>

**22 - Receitas e despesas financeiras**

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros passivos	5.532	5.899	3	-
Despesas bancárias	13	17	10	8
Outras	253	2	-	2
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros ativos	(1.561)	(0)	(173)	-
Descontos auferidos	(1)	(1)	(1)	(1)
Rec. de aplic. financ.	(2)	(637)	(2)	(2)
<b>Total</b>	<b>4.234</b>	<b>5.280</b>	<b>(163)</b>	<b>7</b>

**23 - Contingências** - A Administração da Companhia e suas controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entendem que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomadas em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer

provisões para contingências.

**24 - Instrumentos financeiros** - Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **Composição dos saldos** - Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão identificados a seguir:

Consolidado Descrição	2013		2012	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	21.390	21.390	8.014	8.014
Créditos operacionais	2.061	2.061	4.706	4.706
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	271	271	275	275
Mútuos com partes relacionadas	25.647	25.647	24.379	24.379

Controladora Descrição	2013		2012	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5.502	5.502	334	334
Créditos operacionais	519	519	3.190	3.190
Mútuos com partes relacionadas	1.611	1.611	1.431	1.431
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	253	253	260	260
Mútuos com partes relacionadas	25.110	25.110	23.902	23.902

**Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral** - Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, de taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Alta Administração, que atua ativamente na sua gestão operacional. A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora. Essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: - Risco de mercado; - Risco de crédito; e - Risco de liquidez. Esta nota apresenta informações sobre a exposição para esses riscos, os seus objetivos, as suas políticas e os seus processos de mensuração e gerenciamento de riscos. **Estrutura de gerenciamento de risco** - O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e a supervisão da Companhia da estrutura de gerenciamento de risco. A Companhia, através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de mercado** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado relativos aos equipamentos aplicados na prestação de seus serviços, tanto para o mercado interno quanto para o externo, acrescidos da variação das taxas de câmbio e taxas de juros. **Risco de crédito** - É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes. A gestão de risco de crédito da Alubar Energia é feita por meio de execução de cronograma físico financeiro, em que as entradas de recursos advindas dos clientes sejam compatíveis com o cronograma de prestação de serviços, de forma que o fluxo de caixa relacionado a cada período seja superavitário, e com constante acompanhamento dos recebimentos e do processo de produção de toda a carteira de clientes em aberto. Adicionalmente, a Companhia procura manter uma carteira diversificada de clientes, bem como concentra suas vendas a clientes considerados de primeira linha.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisões. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo que cumpra suas obrigações nos prazos acordados. **Risco de taxas de juros** - Decorre da possibilidade de a Alubar Energia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas, de forma que quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses

indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

**25 - Cobertura de seguros** - Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais.

**26 - Medida provisória 627** - No mês de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627, a qual pretende disciplinar de forma definitiva as relações entre os métodos e regras contábeis que harmonizam as normas contábeis internacionais, em substituição ao Regime Tributário de Transição (RTT) posto em vigor pelo art. 15 da Lei nº 11.941/2009, que disciplinava estas relações provisoriamente nos últimos anos. A Medida Provisória entrará em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo concedida a cada contribuinte optar pela antecipação dos seus efeitos para 1º de janeiro de 2014 e assim assegurar a neutralidade fiscal para a distribuição dos seus lucros e dividendos, ocorrida até a data de edição da Medida Provisória. Com o objetivo de garantir a neutralidade tributária a Companhia optou que para as pessoas jurídicas que distribuíram ou receberam lucro ou efetuaram ou receberam o pagamento de juros sobre capital próprio desde 2008 até a publicação da Medida Provisória irão optar pela antecipação dos efeitos da Medida Provisória. Para as demais pessoas jurídicas que não realizaram o pagamento de lucros e dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio não necessitam optar pela antecipação, e assim são permitidas a participação destas empresas em operações de permutas imobiliárias sem aplicação da nova regra de tributação.

**Diretoria - José Maria Barale** - Presidente do Conselho Administrativo - **Afonso Carlos Brum Aguiar** - Diretor-executivo - **Responsável Técnico - Otávio Jorge Carvalho Ribeiro** - Diretor-financeiro - Contador nº 8435/O CRC/PA - CPF nº 085.773.312-53

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras** - Aos Administradores e Acionistas da Alubar Energia S.A. Barcarena - PA. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alubar Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - 1. Como descrito na nota explicativa nº 6, a Companhia registrou durante o exercício de 2013 na rubrica de "serviços em andamento", no ativo circulante, o valor de R\$ 2.245 mil referente a custos incorridos de serviços prestados. Não nos foi apresentado controle que permita assegurar a totalidade e suficiência deste ativo, nem tampouco informações acerca do critério de registro deste saldo. Desta forma, não nos foi possível, inclusive por procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a integridade e realização deste ativo e quanto deste saldo deve compor os custos incorridos registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ou, eventualmente, perdas nos projetos e seus respectivos efeitos tributários. 2. A Companhia possui participação de 75% nas controladas Alubar Morro Branco Energia Eólica S.A. e Alubar Embuca Energia Eólica S.A., cujos patrimônios líquidos negativos em 31 de dezembro de 2013 eram R\$956 mil e R\$680 mil, respectivamente (R\$731 mil e R\$730 mil em 31 de dezembro de 2012). Esses investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reduzindo a zero o valor do investimento, porém, não foi constituída provisão para perdas em investimentos pelo montante correspondente à proporção da participação nos investimentos. Por esse motivo o passivo da Companhia, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$1.227 mil, sem incluir o impacto de exercícios anteriores, que em 2012 era de R\$1.461 mil e incluía despesas diferidas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (BR GAAP)** - Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se houver, do item 1 e dos efeitos do item 2 mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alubar Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza, 08 de abril de 2014.



**KPMG Auditores Independentes - CRC 25014428/O-6 - Eliardo Araújo Lopes Vieira - Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE**